



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

RELACI

SAÚDE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

EXERCICIO 2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

EQUIPE DE GOVERNO

JAIME SANTOS DE OLIVEIRA JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

FELIPE FONSECA DE OLIVEIRA
VICE-PREFEITO

TEODORICO SANTOS DE OLIVEIRA FILHO
CONTROLADOR GERAL

YURI OLIVEIRA FERNANDES
PROCURADOR

MANOEL MESSIAS MARTINS ROCHA
SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SIDICLEY ESTEVES CANTÃO
SECRETARIO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

DAYARA BEZERRA QUIRINO
SECRETÁRIO DE GABINETE

JANDIRA DA COSTA RIOS DUARTE
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

ÉRICA LOUBACK DA CUNHA OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO DE SAÚDE

RODRIGO ROQUE COELHO
SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

EDINALDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

CARLOS AQUINO SOUZA
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE
INTERNO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

Emitente: ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Gestor responsável: MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA DO NASCIMENTO

Exercício: 2021

1. Introdução

A Unidade Central de Controle Interno - UCCI foi inserida na estrutura administrativa através das Leis 350/2012 alterada pela lei 386/2013, possuindo status de secretaria, sendo subordinada diretamente ao chefe do Executivo, tendo sala própria e exclusiva para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

No ano de 2018 tendo em vista o cumprimento parcial do Sistema de Controle Interno, esta controladoria com base nas **Resoluções 227/2011, alterada pela Resolução 257/2013 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**, elaborou juntamente com a Comissão Especial as Instruções Normativas pendentes e a partir disso a estruturação do Sistema de Controle Interno devidamente publicado no Portal da Transparência do município.

Atualmente a UCCI, conta com apenas um servidor, sendo: 01 Controlador Geral.

Transportamos para a tabela que segue abaixo os objetos constantes da "Tabela Referencial 1", anexo III, da IN TC 043/2017, selecionados para avaliação da UG, bem como demais itens avaliados pelo Controle Interno.

Código	Objeto/Ponto de controle	Base Legal	Procedimento	Visto	Amostra selecionada	Resultado da Análise
--------	--------------------------	------------	--------------	-------	---------------------	----------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

1.3.1	Bens em estoque, móveis e imóveis e intangíveis-registro contábil compatibilidade com inventário.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade e com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	SIM	Demonstrativo Analítico das Entradas e Saídas de Bens Móveis Resumo do Inventário de bens Móveis e Imóveis. No Executivo, Período 01/01/2021 a 31/12/2021	A integralidade dos bens está evidenciada nas demonstrações contábeis, em compatibilidade com inventário anual, e, constam as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão e as devidas reavaliações.
1.3.2	Bens móveis e imóveis e intangíveis-Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	SIM	Demonstrativo Analítico das Entradas e Saídas de Bens Móveis e Imóveis Resumo do Inventário de bens Móveis e Imóveis. No Executivo, Período 01/01/2020 a 31/12/2020 Decreto nº 614/2018	Sim. os registros analíticos estão sendo realizados, e, consta nos bens as respectivas numerações de 1066-1146 aquisição de 81 bens móveis, Valor total da aquisição R\$ 780.999,96 setecentos e oitenta mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos centavos). Os agentes responsáveis pela guarda e administração estão indicados no decreto municipal nº 614/2018 .
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições	SIM	Extratos bancários. Termo de verificação das disponibilidades financeiras	Sim, todas as disponibilidades financeiras foram depositadas e aplicadas em bancos oficiais, Banco do Estado do Espírito Santo, Caixa Econômica



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

			financeiras oficiais			Federal e Banco do Brasil.
1.5.1	Documentos integrantes do PCA-compatibilidade com o normativo do TCE	IN regulamentador da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes do PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondent e da IN regulamentado ra da remessa de prestação de contas	SIM	Prestação de Contas Anual – Exercício 2020. Instrução Normativa do Sistema de Controle Interno nº 04/2014	Documentos que integram a PA estão em conformidade.
2.1.2	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	SIM	Contabilidade. Listagem de Pagamentos/Bancos	Sim. Os pagamentos seguem a ordem cronológica
2.1.4	Despesa – liquidação	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	SIM	Contabilidade. Listagem de Pagamentos/Bancos. Documentos Contábeis	As liquidações das despesas obedeceram aos requisitos legais constantes do artigo 63 da Lei Federal nº 4320/64.
2.1.7	Despesa-auxílios, contribuições e subvenções	Legislação específica	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica	SIM	Lei nº 596/2020 (LDO) Lei nº 600/2020 (LOA) Lei nº 614/2021 Lei 613/2021	O município manteve convênio através da Secretaria Municipal de Saúde com Hospital e Maternidade São Mateus-Casa Nossa senhora Aparecida, através da leis 614/2021, com recurso do Fundo Municipal de Saúde. Convênio com a UMIM através Lei 613/2021, com recurso do Fundo Municipal de Saúde. Em consonância com a LDO e LOA.
2.1.8	Despesa – subvenção social.	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu ao	SIM	Lei Federalº 420/1964 Lei nº 614/2021 Lei 613/2021	O município manteve através do Fundo Municipal de Saúde convênio com Hospital e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

			disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.			Maternidade São Mateus-Casa Nossa senhora Aparecida, através da lei 613/2021. lei 581/20 Convênio com a UMIM através Lei 614/2021
2.3.1	Transferências voluntárias – exigências	LC 101/2000, art. 25, §1º	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	SIM	Verificação na legislação municipal	Não houve transferências voluntárias para outro ente da federação. Daquela Previstas no artigo 25 §1º da Lei Complementar 101/2000 .
2.4.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	LC 116/2003, art. 6º. Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	SIM	Balancete Analítico Contábil	As retenções foram devidamente processadas.
2.5.6	Dispensa e de inexigibilidade de licitação	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26./	Avaliar se as contratações por dispensa	SIM	Verificação documental	As contratações. por ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

			ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.		relatório licitações 2021, setor Licitação	de ano de	inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações
--	--	--	--	--	--	-----------------	--

2. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

Apresentamos abaixo, informações referentes às contas consolidadas do exercício de 2021 do Poder Executivo, sob o enfoque da análise da situação orçamentária, financeira e patrimonial do Município de Ponto Belo-ES, com base nas demonstrações contábeis da Administração Direta.

2.1 – Da gestão Orçamentária

Planejamento:

Para o exercício de 2021, foi estimada uma receita em R\$ 30.900.000,00 (trinta milhões e novecentos mil reais) (impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos), visando custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos. A realização da receita atende ao regime de caixa.

A despesa foi fixada em R\$ 30.900.000,00 (trinta milhões e novecentos mil reais) classificada em sua natureza por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento despesa, foi executada por regime de competência atendendo os estágios de empenho, liquidação e pagamento, conforme preceitua a Lei 4.320/64.

- Execução Orçamentária:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

O orçamento fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº. 600/2022 estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 30.900.000,00 (trinta milhões e novecentos mil reais) para o exercício de 2021.

-Receita Orçamentária:

A receita prevista para o exercício 2021 foi de R\$ 30.900.000,00 (trinta milhões e novecentos mil reais)

A receita orçamentária fiscal arrecadada do exercício foi de R\$ 32.325.778,99 (trinta e dois milhões, trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa e nove centavos).

-Despesa Orçamentária:

Créditos Adicionais Suplementares:

A Lei Orçamentária Anual nº. 600/2020, conforme disposto no artigo 5º, autorizou a abertura de crédito suplementar em percentual de 50,00% do valor da despesa fixada.

2.2 – Dos Limites Constitucionais Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº. 29 de 13/09/2000 ficaram garantidos recursos mínimos a serem aplicados pelo Município nas ações e serviços públicos de saúde. A aplicação mínima exigida é de 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da CRFB/88



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

Considerando a despesa empenhada, o percentual real aplicado foi de 28,34 % correspondente a R\$ 6.222.903,86(seis milhões, duzentos e vinte e dois mil, novecentos e três reais e oitenta e seis centavos).

-Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

O demonstrativo de Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino demonstra um percentual de 29,66%, correspondente a R\$ 6.493.655,35 (seis milhões, quatrocentos e noventa e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) superando o mínimo estabelecido pelo artigo 212 da Constituição Federal.

Com os profissionais do magistério em efetivo exercício de suas funções foram aplicados dos recursos provenientes do FUNDEB e das aplicações financeiras de 70,38% Correspondente a R\$ 3.459.535,03 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta e cinco reais e três centavos)

-Com Pessoal:

A Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, estabelece em seu artigo 20, inciso III, alínea “b,” que os gastos com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder em 54,00% (cinquenta e quatro por cento).

Município aplicou 48,58%, totalizando **R\$ 15.704.867,32**, (quinze milhões, setecentos e quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos) cumprindo a norma contida no artigo 20, III “b” da Lei Complementar nº. 101/2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

2.3-Limite Constitucional do Poder Legislativo:

O montante repassado ao Poder Legislativo foi na ordem de R\$ 1.050,000, 00 (Um milhão e cinquenta mil reais), conforme previsto na Lei Orçamentária. Desta forma fica evidenciado o cumprimento do artigo 29-A da Constituição Federal.

No tocante ao parágrafo 2º inciso II, com exceção do mês de junho foi obedecida à data limite para o repasse.

2.4 Da Gestão Previdenciária.

O município de Ponto Belo-ES não possui Regime Próprio de Previdência, submetendo-se ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

3. DAS DEMAIS ATIVIDADES EXERCIDAS PELO CONTROLE INTERNO NO EXERCÍCIO DE 2021

A Unidade Central de Controle Interno examinou peças aleatórias que compõe a Prestação de Contas Anual das Unidades Gestoras e do Prefeito do Município de Ponto Belo/ES, Exmo. Sr. JAIME SANTOS DE OLIVEIRA JÚNIOR, relativo ao exercício financeiro de 2021.

O objetivo foi de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, e avaliar os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura de Ponto Belo/ES, em face ao cumprimento as determinações contidas na IN TCE/ES nº 043/2017 (Alterada pelas Instruções Normativas nºs 047/2018, 054/2019 e 058/2019). e dispositivos da Lei Municipal nº 350/2012 alterada pela Lei 386/2013, art. 70 e 74 da CFRB/84 combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

resultando no Relatório e Parecer Prefeitura Municipal de Ponto Belo-ES UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno: Anexo III - RELOCI e Anexo III –RELACI, compõe a Prestação de Contas do Prefeito e demais Ordenadores de Despesa

4. Sobre Auditoria e outros procedimentos

A Instrução Normativa nº 02 do Sistema de Controle Interno deste município, editada e aprovada em 30 de dezembro de 2014, dispõe em seu artigo 8º inciso III, no CAPÍTULO-V DAS RESPONSABILIDADES do Controlador:

“Orientar e supervisionar os Auditores na realização de auditorias internas”; grifei.

Como o município ainda não conta com o profissional da área de auditoria em seu quadro, o Controle Interno fica responsável pelas Auditorias no município.

5. Do monitoramento da Lei de Acesso à Informação – LAI

Nos termos da Lei Municipal 350/2012, alterada pela Lei 386/2013, bem como Lei Municipal 471/2017 e demais legislações pertinentes, a Unidade Central de Controle Interno – UCCI exerce o Monitoramento da Lei de Acesso à Informação neste Poder Executivo.

O Município de Ponto Belo aprovou a Lei Municipal 471/2017 – que dispõe sobre a Lei de Acesso a Informação no âmbito Municipal.

Com a vigência da citada lei, o Município passou a contar com o Serviço de Acesso à Informação – SIC, bem como com o Serviço Eletrônico de Acesso à Informação – E-Sic, a fim de cumprir com as exigências legais de Transparência Passiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

Encontra-se devidamente implantado no Poder executivo deste município o Portal de Transparência, nos termos da lei, a fim de garantir não só a transparência dos atos administrativos, mas publicidade dos mesmos, tornando-se este Portal um mecanismo de fiscalização social.

O Portal de Transparência do município, além de contemplar as informações exigidas por Lei, bem como as recomendações deste Egrégio Tribunal de Contas, busca facilitar o acesso do cidadão em suas buscas.

No Exercício de 2021, não registrou pedidos de Acesso a Informação através do e-SIC, mas foram 10 (dez) solicitações por meio do e-ouvi sendo atendidos. Informamos ainda que no Município de Ponto Belo não existe até o momento nenhuma informação gravada com grau de sigilo pela Comissão Responsável.

6. Dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF e Relatório Resumido da Execução Orçamentaria – RREO.

Os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF são elaborados e publicados semestralmente em jornal de grande circulação regional, nas datas de: conforme exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como publicados no Portal da Transparência.

Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO – por sua vez, são elaborados e publicados bimestralmente em jornal de grande circulação regional, conforme exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como publicados no Portal da Transparência.

Da mesma Forma são publicados os balancetes mensais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

7. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UCCI NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

A UCCI desenvolveu outras atividades de sua competência no exercício de 2021, as quais resumidamente passamos a apontar:

- Recomendações de boas práticas aos ordenadores de despesas;
- Atendimento e tramitação de pedidos de Acesso à Informação, via e-SIC;
- Resposta ao questionário e-prevenção TCU;
- Inserção de dados e informações no Portal da Transparência;
- Solicitação de dados para RELUCI e RELOCI 2021;
- Recomendação técnica 01 com objetivo realização de Audiências Públicas para elaboração das leis Orçamentárias;
- Recomendação Técnica 02 com o objetivo de orientar o executivo a Vetar aumento concedido;
- Demais atendimentos as demandas dos órgãos de controle Externo, bem como atividades de assessoria as diversas unidades executoras do sistema administrativo e atendimento a demandas internas.

8. CONCLUSÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL

Salientamos que a UCCI, busca atuar efetivamente em sua missão institucional, buscando se aprimorar a fim de cumprir suas atribuições. Ressaltamos que esta UCCI, a fim de dar transparência e publicidade aos seus atos, conta com sua página na Internet, denominada “Portal da Controladoria”, agregado ao sítio eletrônico municipal, onde são inseridas diversas informações quanto a sua atuação neste Órgão Poder Executivo, bem como Relatórios, Recomendações, Instruções Normativas, Auditorias Internas e demais atos relacionados à sua competência Institucional. Ressaltamos, por fim, que todos os trabalhos desta UCCI, ficam devidamente arquivados no setor, para consulta, caso necessário.

Ponto Belo, 11 de março de 2022.

TEODORICO SANTOS DE OLIVEIRA FILHOO
Controlador Interno